

O PAPEL DOS INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

THE ROLE OF BRAZILIAN SIGN LANGUAGE INTERPRETERS IN THE CONTEXT OF BASIC EDUCATION IN BRAZIL

Lívia Silveira do Carmo **1**
Marlene Barbosa de Freitas Reis **2**

Resumo: O presente artigo aborda o caminho percorrido pelos Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais que atuam na área educacional, mais especificamente na educação básica das escolas brasileiras. O objetivo do texto é compreender o percurso para a efetivação da formação e profissionalização dos Intérpretes Educacionais ao longo da história, a natureza do trabalho desses profissionais e o papel que exercem nas escolas. Para isso, optou-se por uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental. Portanto, o texto é baseado em autores que pesquisam sobre o tema, tais como: Mazzotta (2011), Goulart e Bonin (2020), Pagura (2003), Quadros (2004), Lacerda (2017), Reis (2013); bem como em documentos importantes para o processo de regulamentação do atendimento aos alunos surdos. O texto apresenta questões éticas ligadas ao trabalho desenvolvido por Intérpretes Educacionais e alguns percalços que marcam a profissão, e que, por vezes, podem afetar o ensino aprendizagem dos alunos surdos.

Palavras-Chave: Intérprete Educacional. Libras. Formação. Profissionalização.

Abstract: This article discusses the path taken by Brazilian Language Interpreters of Signs that work in education area, more specifically in the basic educations of schools Brazilian. The aim of the text is to understand the path to the implementation of the professionalization of Educational Interpreters throughout history, the nature of the work of these professionals and their role in schools. For this, opted for a research of character bibliographic and documentary. Therefore, the text is based on authors who research the subject, such as: Mazzotta (2011), Goulart and Bonin (2020), Pagura (2003), Quadros (2004), Lacerda (2017), Reis (2013); as well as in important documents for the regulatory process of the care to deaf students. The text presents ethical issues related to the work developed by Interpreters educational and some mishaps that mark the profession, and that can sometimes affect the teaching learning of deaf learns.

Keywords: Educational Interpreter. Libras. Training. Professionalization.

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologias (PPG-IELT), da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Graduada em História (UEG). Docente efetiva da Secretaria Estadual de Educação de Goiás.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7629791974537156>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4883-523X> E-mail: liviasilveiradocarmo@gmail.com

2 Pós-doutora em Gestão da Informação e Conhecimento pela Universidade do Porto, Portugal. Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e desenvolvimento pela UFRJ. Pedagoga. Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Goiás. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT/Anápolis), do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/Inhumas) e no curso de Pedagogia da UEG, Inhumas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9396555981788500>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2213-7281>.
E-mail: marlenebfreis@hotmail.com

Introdução

Estudos na área da educação inclusiva têm perpetrado avanços significativos para os alunos com surdez. De acordo com Reis (2013), as transformações sucessivas que vêm ocorrendo nos últimos anos advindas da globalização que caminha em processo contínuo, coloca a educação em destaque nas políticas públicas e consequentemente nas reformas educacionais. A autora enfatiza que a diversidade sob a ótica da educação inclusiva abrange todos os alunos e não faz distinção da sua condição afetiva, cultural ou socioeconômica; e, nesse sentido, esses alunos possuem o direito de estarem inseridos na escola regular e não deve haver qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Desde o início dos anos 2000 ocorreram mudanças em diversos âmbitos da sociedade. Foram notórios os avanços na primeira década desse novo milênio e, no que diz respeito à educação de alunos surdos, um marco importante é a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e que reconhece a Libras como meio legal de comunicação constituído como um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos próprios da comunidade surda brasileira (BRASIL, 2002).

Nas décadas posteriores, foram notáveis as transformações na esfera da formação e da profissionalização dos Intérpretes de Língua de Sinais. Esses profissionais, que exercem um papel fundamental em diversos âmbitos da sociedade, são essenciais também dentro das escolas, pois são responsáveis pelo elo entre os alunos surdos e o ensino. No entanto, o que vemos no cotidiano das escolas, é que ainda existem desafios a serem rompidos, tendo em vista que existem alguns pontos que fragilizam essa profissão. Nesse sentido, o objetivo do texto é compreender o percurso para a efetivação da formação e profissionalização dos Intérpretes Educacionais ao longo da história, a natureza do trabalho desses profissionais e o papel que exercem nas escolas.

Para isso, optamos por uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental. E, levando em consideração que os estudos que tratam deste tema ainda são escassos, buscamos respaldo em autores que trabalham com essa temática, tais como: Skliar (1999); Mazzotta (2011); Goulart e Bonin (2020); Pagura (2003); Quadros (2004); Lacerda (2017); Reis (2013). E, ainda, em documentos importantes para o processo de regulamentação do atendimento aos alunos surdos, como: Lei Brasileira de Inclusão (LBI/2015); Lei 12.319/2010, dentre outros.

Para melhor compreensão e apresentação desta discussão, dividimos o texto em dois tópicos, além de introdução e considerações finais, quais sejam: (I) Quem são os Intérpretes de Língua de Sinais? Uma breve contextualização histórica; (II) O trabalho dos Intérpretes Educacionais: a atuação desses profissionais nas escolas.

Quem são os Intérpretes de Língua de Sinais? Uma breve contextualização histórica

Cada descoberta sempre leva tempo, lembrando como fosse um filme mudo ou sem sequência, projeção do que outra pessoa vai fazer, tudo precisava ser muito bem explicado e informado para que eu pudesse entender o que foi dito, elaborar e colocar de forma de dar certa importância ou fazer ligação com as coisas cotidianas, mesmo na simplicidade de entender como e por que os ouvintes faziam e viviam. Eu tinha necessidade que me explicasse os mais simples detalhes da vida, como ela é e o porquê dela ser (Shirley Vilhalva).

A epígrafe acima nos leva a refletir em como é possível que ouvintes possam ter a compreensão de como vivem e de que modo se comunicam as pessoas surdas. O trecho acima, extraído do livro 'O Despertar do Silêncio', é uma obra escrita pela professora Shirley Vilhalva que é surda parcial. A autora deixa claro como é necessário que alguém interprete a vida e o mundo a ela; e, uma das tarefas dos profissionais intérpretes é justamente que esse profissional possa ter

essa compreensão, que seja imerso na cultura e vivências das pessoas surdas, traduzindo-lhe um mundo permeado por ouvintes.

Compreender como ocorre a formação histórica e cultural de qualquer profissão é fundamental para que seja possível conhecer e discutir sobre a temática e os processos que envolvem a formação e a atuação destes profissionais. Dessa forma, entender o percurso histórico vivenciado pelos intérpretes de língua de sinais, suas relações com os alunos surdos e o trabalho por ele desenvolvidos é crucial.

Apesar do crescente avanço em pesquisas que evidenciam assuntos como a cultura surda e os estudos sobre os surdos na educação, ainda há uma lacuna sobre temáticas que tragam os Intérpretes e Tradutores de Língua de Sinais como foco principal. Talvez por esse motivo ainda ocorram dubiedades sobre quem são os Intérpretes Educacionais e os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais que atuam nas diversas esferas da sociedade.

É possível identificar na história da humanidade vestígios do que se acredita ser a ideia inicial de um intérprete, ou seja, uma pessoa que era responsável por interpretar ou traduzir para alguém algo ainda indecifrável ou que não fosse de conhecimento de todos. Pagura (2003) destaca que o surgimento da ideia ou do princípio que pode ser relacionado à figura de um intérprete vem do Egito Antigo, no qual aparecem em hieróglifos¹ datados de três mil anos antes de Cristo.

Contudo, nesta busca por entender quando se iniciou esse processo de alguém interpretar ou traduzir algo, o autor sinaliza que há registros acerca do trabalho realizado por intérpretes que foram encontrados tanto na Grécia Antiga como em Roma. Segundo Pagura (2003) existem documentações que se referem a esses profissionais ainda na Idade Média, chegando à Idade Moderna com as Grandes Navegações. Acerca desse período, o autor evidencia que, ao vir para América, Cristóvão Colombo trazia intérpretes em sua expedição, embora a língua falada neste continente ainda não fosse conhecida pelo Velho Mundo.

Ao passo que a história avança, o século XVIII coloca a França em evidência no que se relaciona ao ensino de pessoas surdas, bem como nas discussões referentes à criação de um modelo educacional que promova ou contribua para a interpretação para os alunos surdos. Assim, conforme Lulkin:

A produção acadêmica e os registros históricos disponíveis localizam na França, a partir da segunda metade do século XVIII, o “berço” da educação institucional e pública de pessoas surdas no Ocidente. [...] A partir do movimento europeu, a língua de sinais passa a ser reconhecida como forma de comunicação apropriada para a educação de pessoas surdas. Em pouco tempo, os resultados positivos da metodologia utilizada pelo Abade L’Epée, fundador da escola de Paris, chamam a atenção de religiosos e educadores na Europa e nos Estados Unidos, com profissionais surdos e ouvintes. As escolas usam as línguas de sinais nacionais e exploram os recursos visuais como a base para uma pedagogia especial, em que a religião, a moral, a formação profissional e a língua nacional constituíam o núcleo do currículo (LULKIN, 2016, p. 34).

Em relação aos acontecimentos mundiais que reverberaram na promoção de uma língua específica para atender às pessoas surdas, esse autor aponta que, no século XIX aconteceu o Congresso de Milão que, de acordo com Lulkin (2016, p. 36), foi “um marco na história da política institucional da erradicação da língua de sinais, e do afastamento radical dos profissionais surdos do meio escolar”. Para Silva (2006) o principal objetivo desse evento foi discutir diversos aspectos que eram específicos e característicos da educação de surdos. O autor explica que nesse Congresso a maioria das deliberações, quando aconteciam, não contava com a participação e muito menos a

¹ A escrita hieroglífica é um sistema que usa figuras e símbolos chamados hieróglifos em vez de letras e palavras. Cada símbolo da escrita hieroglífica é chamado de hieróglifo. A palavra “hieróglifo” significa “entalhe sagrado”. Os egípcios inscreviam os hieróglifos nas paredes de seus templos e monumentos públicos, entalhando-os na pedra ou pintando-os na madeira e em outras superfícies lisas (BRITANNICA ESCOLA, 2021).

opinião dos principais interessados, os surdos.

De acordo com Silva (2006, p. 26) “o Congresso declarou que o método oral, na educação de surdos, deveria ser preferido em relação ao gestual, pois as palavras eram, para os ouvintes, indubitavelmente superiores aos gestos”. Desse modo, até meados do século XX a repressão autorizada pelo Congresso de Milão vigorou e legitimou os ideais e o controle exercido sobre os estudantes surdos e as possibilidades de aprender a língua de sinais.

Mais adiante, o que entendemos por interpretação e que possui uma maior proximidade com a realidade dos dias atuais, teve início com a Primeira Guerra Mundial². Após a entrada dos Estados Unidos na Grande Guerra foi necessário que houvesse a interpretação. Isto porque, conforme Pagura (2003, p. 213) tornou-se “necessária a interpretação entre inglês e francês, uma vez que alguns dos representantes americanos, como também os da Inglaterra, não falavam francês com a fluência necessária para as negociações”.

Ao final da Segunda Guerra Mundial aconteceu o chamado Tribunal de Nuremberg, que julgou os crimes de guerra cometidos pelos alemães. Nesse julgamento foi mencionada a problemática em se realizar as sessões em quatro línguas distintas: inglês, francês, russo e alemão. A partir deste julgamento foi possível perceber o que viria a ser a interpretação simultânea como se conhece hoje,

Os intérpretes serem colocados de maneira a ver o que acontecia no recinto para poderem ter a compreensão global do que se passava. Esse é um princípio básico do processo da interpretação simultânea, em que os intérpretes continuam a insistir hoje em dia, uma vez que dependem das expressões faciais e outros movimentos corporais tanto quanto das próprias palavras sendo proferidas, para terem uma compreensão global do sentido da mensagem. Os intérpretes em Nuremberg foram colocados no fundo do salão, perto dos réus, em “cabines” abertas de vidro, semelhantes a um guichê de agência bancária, que logo começam a ser chamadas de “aquários”. Em cada uma delas, atuavam três intérpretes com a mesma língua de chegada e com três diferentes línguas de partida (PAGURA, 2003, p. 214-215).

Diante desse cenário, é preciso entender quando surgiu a função de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) desvinculado da profissão de intérprete. Para Quadros (2004) a história de como este profissional se constituiu se deu inicialmente a partir de atividades voluntárias e que se tornaram uma atividade laboral ao passo que os surdos foram conquistando espaço e direitos dentro da sociedade. Conforme a língua de sinais passou a ter reconhecimento nas sociedades e garantias de direito linguístico houve uma necessidade de garantir que haja também acessibilidade por meio dos Tradutores Intérpretes e das Línguas de Sinais.

Para compreender o cenário brasileiro, é preciso conhecer como ocorreu a estruturação e contextualização do ensino de pessoas surdas para que se entenda como vem a ocorrer a formação e a profissionalização dos TILS.

Segundo Silva (2012), no século XIX, mais precisamente no ano de 1857, foi criado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos – reconhecido como a primeira instituição que promovia o atendimento das pessoas surdas no Brasil. Ainda de acordo com a autora, desde a sua criação o Instituto era uma escola na qual a primeira preocupação era o ensino literário e profissionalizante de meninos entre 7 e 14 anos.

Ao evidenciar o processo histórico do ensino de surdos no Brasil, Mazzotta (2011) apresenta alguns Institutos que promoviam o atendimento a deficientes auditivos, citando o Instituto Santa Terezinha (1929) que foi fundado na cidade de Campinas (SP) após duas freiras terem ido à Paris com o intuito de se prepararem com professoras especialistas em educação de crianças surdas.

2 A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) marcou profundamente a história do século XX, não só pelos trágicos eventos que envolveram milhões de pessoas – determinando o fim de impérios seculares e o nascimento de novas realidades estatais –, mas também, e sobretudo, pela memória destes eventos, que deixaram abertas questões políticas, econômicas e culturais, das quais nasceram outras guerras ao longo do século (BURIGANA, 2014).

O segundo Instituto foi a Escola Municipal de Educação Infantil e de 1º Grau para Deficientes Auditivos Helen Keller (1951), instituída na cidade de São Paulo. Esta escola, ao longo de sua história, apresentou diversas denominações e com as atividades que foram desenvolvidas levaram à criação de mais quatro escolas municipais para atendimento de deficientes auditivos.

Por fim, houve a criação do Instituto Educacional São Paulo- IESP (1954) fundado na cidade de São Paulo que atendia, inicialmente, cinco crianças entre 5 e 7 anos e seus professores não eram especializados e eram pais de alunos com formação em Curso Normal. No ano de 1958 recebeu o registro de escola especializada no ensino de surdos-mudos, instalou o curso ginásial em 1962 e no ano de 1969 o Instituto foi doado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E, como explica Mazzotta (2011, p. 39), “a partir daí, além de atender crianças com deficiência auditiva em regime escolar, passou a atender, em regime de clínica, crianças e adultos com distúrbios de comunicação”.

No que se refere ao aluno com surdez, sua inclusão escolar e o processo de ensino aprendizagem passam por desafios diferentes dos demais alunos sem nenhuma deficiência. Dessa forma, o “modelo excludente da Educação Especial está sendo substituído por outro, em nome da inclusão que não respeita a identidade surda, sua cultura e sua comunidade” (SKLIAR, 1999, p. 18).

Podemos evidenciar que, conforme o ensino de alunos surdos avançava no Brasil foi necessário que pessoas com conhecimento pudessem auxiliar esses alunos. No entanto, inicialmente, como relata Santos (2014), a prática de interpretação surgiu devido às dificuldades de comunicação de pessoas surdas, mesmo que os membros das famílias, amigos, vizinhos e nas igrejas desempenhassem a função de interpretar as situações do cotidiano, essa prática não era realizada por profissionais.

Nesse sentido, Quadros (2004) aponta alguns aspectos relevantes dos fatos históricos que marcam a profissão dos Intérpretes no Brasil. Para a autora, foi na década de 1980 que iniciaram algumas discussões importantes com o intercâmbio entre os intérpretes de diversos países e não mais se restringindo somente a trabalhos religiosos. No ano de 1992, segundo a autora, aconteceu o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais. Durante esse evento, além de discussões importantes para o processo de atendimento das pessoas surdas, foi votado o regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes.

No decorrer da primeira década dos anos 2000 leis e decretos foram homologados e passaram a ser referências para o ensino de surdos e para a profissão dos Intérpretes. Essas leis, as quais apresentamos no próximo tópico, foram fundamentais para que o processo de reconhecimento e formação profissional dos Intérpretes de Língua de Sinais abrissem o caminho para a profissionalização dos Intérpretes Educacionais.

O trabalho dos Intérpretes Educacionais: A atuação desses profissionais nas escolas brasileiras

Trabalhar é uma atividade exclusivamente humana por ser consciente, deliberada, com o propósito explícito de gerar resultados que possibilitem a satisfação não só de necessidades relativas à sobrevivência (alimentação, vestuário, abrigo, manutenção da vida), mas também de necessidades sociais, culturais, artísticas, espirituais, psíquicas sentidas e/ou criadas pelo homem. Só é possível ser realizada porque somos dotados de inteligência, iniciativa, espírito crítico, criatividade que se desenvolvem ao longo de seu processo e, por isso, o trabalho deve permitir a realização plena da natureza humana (Noêmia Lazzareschi).

As considerações de Noêmia Lazzareschi evidenciadas como epígrafe deste tópico nos permitem refletir sobre como podemos compreender as relações de trabalho, bem como na acepção ampla da atividade laboral, e assim pensar sobre o que leva as pessoas a escolherem determinadas profissões.

Para Krawulsk (1998), para começar o processo de escolha de uma profissão, é necessário

compreender que a atividade laboral a ser exercida irá perdurar por boa parte da vida de uma pessoa. Com isso, o trabalho deve ser entendido não apenas como um modo de proporcionar a satisfação das necessidades, mas também como uma busca pela realização pessoal.

Conforme explicita Quadros (2004), o trabalho dos Tradutores/Intérpretes de Línguas de Sinais (TILS), tal como se concebe na atualidade, remonta a práticas anteriores que se desenvolviam de forma voluntária por familiares de surdos ou por pessoas que tinham alguma proximidade com estes e, no contato diário, aprenderam a língua, mas que não dispunham de formação específica para exercer essa função.

Com o passar do tempo e o reconhecimento deste trabalho como uma profissão, os Intérpretes que antes atuavam de forma voluntária, passaram a exercer de forma profissional a função de Intérprete de Língua de Sinais. Por ser uma questão relativamente nova, foi estabelecida como legislação apenas a partir do ano de 2005, com o Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005).

Foi a partir desse Decreto que o trabalho dos Intérpretes ganhou relevância e status profissional, além de tratar a respeito da formação dos TILS como podemos observar no Artigo 17: “A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005).

Diante da regulamentação dessa profissão a partir de leis e decretos, é importante compreender quais as exigências para que este profissional atue nas unidades básicas de ensino. Goulart e Bonin (2020) afirmam que a profissão de Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais se constituiu no interior das lutas por acessibilidade e por direitos comunicacionais dos surdos, foi regulamentada através da Lei nº 12.319/10 e está em franca expansão.

As autoras destacam que no trâmite da referida lei percebe-se que foi vetada a exigência sobre a formação em nível superior dos Intérpretes de Libras sob a alegação da escassez de profissionais graduados. Contudo, foi nesta mesma Lei que a profissão foi reconhecida, como podemos observar nos seguintes Artigos:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa (BRASIL, 2010).

Em 2015, surgiram outras orientações legais sobre a formação desses profissionais, por meio da Lei nº 13.146/15, a chamada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI. No capítulo IV deste documento, que trata do Direito à Educação, reafirma que, para os tradutores/intérpretes que atuam na Educação Básica, será exigida uma formação em Ensino Médio com proficiência em Libras (BRASIL, 2015). Por essa perspectiva legal é possível refletir que:

No campo das políticas públicas, deve ser levado em conta que a tomada de decisões e das escolhas realizadas pelos atores envolvidos não é um processo realizado com certeza e precisão. Aliás, os riscos e as incertezas fazem parte das decisões e, às vezes, a experiência e a intuição sinalizam as melhores escolhas e as alternativas de ações. Isso ocorre porque os sujeitos não conhecem tudo, pois são dotados de uma racionalidade que é limitada, portanto, não se pode garantir a totalidade da otimização da decisão. O ser humano jamais é e jamais será conhecedor de tudo, seja pela impossibilidade cognitiva de sua incompletude, seja pela dificuldade de acesso às informações necessárias para tal finalidade (REIS, 2013, p. 42-43).

Portanto, é importante refletir sobre o papel exercido pelos Intérpretes Educacionais e o trabalho a eles atribuído nas instituições de ensino. De acordo com a legislação vigente, cabe-lhes a atividade de interpretar aquilo que o professor fala em sala de aula em língua de sinais para os alunos surdos, aos quais, o intérprete tutoria. Esse processo de interação por meio do intérprete permite que o aluno participe de uma aula que é promovida com base nos alunos ouvintes. No entanto, é fundamental promover essa interação haja vista que ela possibilita que a escola seja mais que um espaço de aprendizado e, como bem apontam Gurgel *et.al.* (2016) a escola é local de interação e participação em sociedade.

Para Santos (2014) é tarefa do professor regente ter uma postura favorável frente aos IE, pois essa parceria é fundamental para que os alunos surdos se apropriem do conhecimento. A autora defende em sua tese de doutorado que é preciso evitar rivalidades entre os profissionais, mesmo que possa haver algum desconforto por parte dos professores, por estes se sentirem como o único responsável pela sua turma de aula.

No que se refere ao papel dos intérpretes que atuam nas unidades educacionais, corroboramos com as concepções de Santos, Diniz, Lacerda (2016) no qual afirmam que o IE possui um lugar de destaque em sala de aula, pois é necessário que apresente o domínio de diversos conceitos e também esteja atento ao desempenho do aluno surdo, de forma a favorecer e propiciar a compreensão e o aprendizado por ele.

Para as autoras, o trabalho do intérprete em sala de aula é uma tarefa complexa, pois exige do profissional saberes específicos a esta profissão, uma postura adequada e a parceria com o aluno e o professor. Sobre esse entendimento, evidenciamos as percepções de Barreto e Reis (2011) ao afirmarem que a singularidade de cada um deve ser considerada ao tratar a diversidade no contexto educacional e, nesse sentido, privilegiando suas competências. O crescimento intelectual dos discentes surdos acontece ao tempo que ele também cresce enquanto sujeito e o aprendizado ocorre. Sob essa perspectiva, é necessária uma ampla discussão, pois:

Quando consideramos a esfera educacional, há determinadas especificidades que envolvem o processo de interpretação (as condições para sua realização, as competências básicas e particulares, o público-alvo, os professores das disciplinas, questões de interpretação propriamente dita, dentre outros), exigindo do profissional capacidades não apenas associadas à atividade de interpretação, mas também a técnicas e estratégias para lidar com a dinâmica dialógica inerente à atividade a ser realizada (COSTA; ALBRES, 2019, p.314).

Conforme Suzana (2014), no que se refere ao trabalho exercido pelos IE no Brasil, ainda existe uma discrepância no perfil destes profissionais, pois é uma figura nova no ambiente educacional e ainda está em formação. Mesmo que o próprio Ministério da Educação defina claramente o trabalho dos IE, em sua prática habitual ele exerce muito mais uma função de professor.

Quadros (2004) salienta que não é tão fácil destacar as habilidades e competências destes profissionais e que, por vezes, o papel deste profissional na sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor, pois muitas vezes é atribuída ao IE a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos nas aulas. Segundo a autora, “o intérprete, por sua vez, se assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional” (QUADROS, 2004, p.60).

Para Sá e Machado (2017) os Intérpretes são o meio de acessibilidade para os surdos e, nesse sentido, a presença desses profissionais nas unidades de ensino é fundamental, mesmo que envolva tensões e incompreensões.

Conforme Albres e Rodrigues (2018) ao buscar a inclusão dos alunos surdos sem o preparo correto dos profissionais e sem o devido cuidado pedagógico, cria-se espaços de exclusão e, na maioria das vezes, sobrecarrega os Intérpretes Educacionais. Entretanto, segundo os autores, não é possível que a atividade de interpretação nas salas de aula seja considerada sem se levar em conta os alunos surdos que vivenciam esse contexto específico.

Desse modo, é preciso refletir qual seria de fato o papel dos IE dentro das escolas,

É fundamental que o IE esteja inserido na equipe educacional, ficando claro qual é o papel de cada profissional frente à integração e aprendizagem da criança surda, e esses papéis precisam ser sempre discutidos porque a sala de aula é sempre dinâmica, envolve solicitações dos alunos e é importante que as responsabilidades de cada um estejam claras. As opiniões do IE são tão importantes quanto às de qualquer outro profissional que atua no espaço escolar, pois ele conhece bastante a criança surda, a língua de sinais e pode colaborar para a construção de uma prática pedagógica mais adequada ao aluno surdo e a uma perspectiva bilíngue (LACERDA, 2017, p. 35).

Destarte, a essa lógica vivenciada pelos IE, Silva (2018) afirma que a classe de trabalhadores no Brasil sempre foi fragilizada, e o autor atribui esse fato ao capitalismo que reproduz uma precarização constante, concepção esta que perfeitamente encaixa nesse cenário no qual os Intérpretes Educacionais estão inseridos no exercício da sua profissão nas escolas.

A dimensão diplomática implicada na atuação do tradutor/intérprete de Libras, para Goulart e Bonin (2020), se dá em distintos âmbitos, a começar pelo institucional. Este, conforme os autores, é lugar de múltiplas negociações, em que se produzem lutas específicas nas quais estão em disputa os sentidos da profissão, bem como os significados sobre a cultura surda, a língua de sinais, e sobre os modos de conceber e implementar processos de inclusão, sendo somado também à sobrecarga de trabalho que advém da própria profissão.

Posto isso, reverbera nas pesquisas sobre a temática o quão difícil e confuso se faz o trabalho dos IE na educação básica, em especial na educação infantil e no ensino fundamental das escolas brasileiras. Isto porque, segundo Quadros (2004, p. 60) “as crianças mais novas têm mais dificuldades em entender que aquele que está passando a informação é apenas um intérprete, é apenas aquele que está intermediando a relação entre o professor e ela”.

Sob esse mesmo entendimento, Suzana (2014) evidencia que a criança surda não se adapta facilmente a dois profissionais ao mesmo tempo, tendo em vista que muitas ainda não dominam a língua de sinais brasileira (Libras) por serem, em sua maioria, filhas de pais ouvintes. Dessa maneira, ao não realizar a separação entre as funções, a grande maioria tem um apego maior aos IE, sobrecarregando-os e desviando-os da sua função que seria a de interpretar a aula.

É preciso compreender que todo profissional tem as suas funções assim definidas, mas que a realidade vivenciada nas escolas brasileiras é bem mais complexa e difere do que seria o certo. Por essa lógica é posto que:

O processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção. De acordo com a especificidade e complexidade da ocupação, a natureza e o volume dessas habilidades deverão variar. A educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda (FRIGOTTO, 2006, p.40-41).

Por fim, por mais que os IE tenham a formação específica e saibam que sua função é apenas mediar a comunicação não se pode negar que seu trabalho na sala de aula é complexo. E, de acordo com Moreira *et.al.* (2020) as mudanças organizacionais são muitas vezes difíceis e surgem em contextos dolorosos, gerando desafios institucionais, pessoais e coletivos de adaptação.

Diariamente, os Intérpretes precisam adotar uma postura de ser apenas o canal de passagem de uma língua para a outra. Para isso, devem ter em mente que não é responsável pelo aprendizado do aluno surdo e sim o mediador entre o professor e este. Assim, os profissionais nos dias de

hoje, cada vez mais, buscam unir teoria e prática, e com isso ter o domínio da língua de sinais e a defendem não só teoricamente mas buscam para além de uma formação pedagógica adequada à sua atuação.

Considerações Finais

Ao iniciarmos esta pesquisa estabelecemos como objetivo compreender o percurso para a efetivação da formação e profissionalização dos Intérpretes Educacionais ao longo da história, a natureza do trabalho desses profissionais e o papel que exercem nas escolas. Para isso, realizamos uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental.

Desse modo, notamos que em virtude das novas exigências do mercado de trabalho, aliadas à difusão da Libras e ao crescente número de pessoas que conhecem e desejam utilizá-la profissionalmente, vemos, cada vez mais, a especialização da profissão de Intérpretes de Língua de Sinais.

Ao iniciar na carreira de tradutor ou Intérprete de Língua de Sinais, o profissional deve conscientizar-se das dificuldades e as exigências da profissão pois o mercado de trabalho é exigente e o acesso não é garantido pelo mero conhecimento da língua em questão. Segundo Dorziat (2018, p. 72) “a complexidade do papel do ILS é enorme, pois é um trabalho que lida com as contradições e conflitos oriundos de suas representações ouvintes, mas também com as do mundo Surdo”.

Diante disso, é preciso deixar claro as diferenças existentes no trabalho exercido pelos Intérpretes, assim como expõe Lacerda (2017) ao afirmar que muitos autores defendem a ideia de que tradução e interpretação são conceitos que levam a tarefas diferentes. Segundo a autora, traduzir estaria ligado à atividade de versar de uma língua para outra trabalhando com textos escritos. E, o trabalho de interpretação está ligado à tarefa de versar de uma língua para outra nas relações interpessoais, trabalhando assim simultaneamente no ato de enunciar e o ato de dar acesso ao outro aquilo que foi anunciado, isso tudo em um curto espaço de tempo.

Para os Intérpretes Educacionais o caminho também é difícil e o percurso trilhado é cheio de dificuldades. A este é exigido um perfil para atuar com os alunos surdos nas salas de aula, interpretando tudo aquilo que é dito pelos professores e demais agentes educacionais. Cabe aos IE esta intermediação entre os alunos surdos, os professores e os colegas ouvintes.

Por fim, ainda é preciso que haja mais estudos que abordem esta temática e que se avance nas leis que tratam e respaldam esta profissão. Apesar das melhorias alcançadas nos últimos anos com relação à profissão dos IE é muito importante que discussões e debates ainda vigorem na sociedade para que a formação e atividade laboral ganhem mais credibilidade dada a importância deste profissional.

Referências

ALBRES, Neiva de Aquino; RODRIGUES, Carlos Henrique. As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas. *Bakhtiniana*, São Paulo, 16-41, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/xqrhbtpNkvwskKLQD5mb5ZK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 jan. 2022.

BARRETO, Cláudia S. G.; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Educação inclusiva: do paradigma da igualdade para o paradigma da diversidade. *Polyphonia*, v. 22/1, jan./jun. 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.436**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 abril. 2002. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10436&ano=2002&ato=5c3g3ZE5ENNpWTcd1> Acesso em: 27 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Lei 12.139, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 02 set. 2010. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei 13.146** de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 20 dez. 2021.

BRITANNICA ESCOLA. **Hieróglifo**. Capes, Ministério da Educação. Brasil, 2021. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/hier%C3%B3glifo/481495> Acesso em: 06 dez. 2021.

BURIGANA, Riccardo. A Grande Guerra: a Primeira Guerra Mundial (1914-2014), Evento e Memória. **História Unicap**, v. 1, n. 1, jan./jun. de 2014. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nVE5rwckVKAJ:https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5615907.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 20 jan. 2022.

COSTA, Mairla Pereira Pires; ALBRES, Neiva de Aquino. Interpretação educacional: subjetividade e formação acadêmica. **PERcursos Linguísticos**, Vitória, v. 9, n. 22, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/27014/20026> Acesso em: 25 jan. 2022.

DORZIAT, Ana. **O outro da Educação**: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da escola improdutiva**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

GURGEL, Taís Margutti do Amaral *et al.* Aquisição de Libras na Educação Infantil: um trabalho a partir de narrativas. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de *et al.* **Escola e Diferença**: caminhos para educação bilíngue de surdos. São Carlos: EdUFSCAR, 2016. p. 65-78.

GOULART, Daiana San Martins; BONIN, Iara Tatiana. Tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais: Delineando contornos de uma profissão fronteiriça. **Revista Humanidades e Inovação**. v.7, n.26, 2020.

KRAWULSK, Edite. A Orientação Profissional e o Significado do Trabalho. **Rev. ABOP**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 5-19, 1998. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-88891998000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27 jan.2022.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 8.ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

LAZZARESCHI, Noêmia. **Trabalho ou emprego?** Disponível em: <http://www2.videolivriaria.com.br/pdfs/10035.pdf> Acesso em 27 jan.2022.

LULKIN, Sérgio Andres. O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8.ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, José António Marques *et al.* Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan/abr 2020. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream>. Acesso em: 23 jan 2022.

PAGURA, Reynaldo. A Interpretação De Conferências: Interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **D.E.L.T.A., 19: ESPECIAL**, 2003, p. 209-236,2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/46vXjxRxNSgjjK73DyHjbHD/abstract/?lang=pt> Acesso em: 21 dez. 2021.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível**. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento- Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SÁ, Nidia Regina Limeira de; MACHADO, Nívia Carla. Para além da interpretação. *In*: BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de; CALIXTO, Hector Renan da Silveira; NEGREIROS, Karine Albuquerque de. (Orgs.). **Libras em Diálogo: interfaces com tradução e interpretação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

SANTOS, Lara Ferreira dos. **O fazer do intérprete educacional: práticas, estratégias e criações**. 2014. 200f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SANTOS, Lara Ferreira dos.; DINIZ, Sarah L. Lisbão Machado.; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Práticas de Interpretação no espaço educacional: para além dos limites da sala de aula. *In*: LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F.; MARTINS, V.R.O. (orgs.). **Escola e Diferença: caminhos para educação bilíngue de surdos**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

SILVA, Vilmar. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em paris e do congresso de Milão em 1880. *In*: QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Estudos surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

SILVA, Amanda Moreira da. Precariado professoral: o trabalho docente frente à reconfiguração do mundo do trabalho no contexto da reforma trabalhista. *In*: **XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET)**. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2018.

SILVA, Aline Maira da. **Educação Especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SUZANA, Elisama Rode Boeira. Professor ou Intérprete? Reflexões sobre a atuação do TILS na Educação de Surdos. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

VILHALVA, Shirley. **O despertar do silêncio**. Ed. Arara Azul. 2004.

Recebido em 16 de maio de 2022.

Aceito em 22 de junho de 2022.